

PSD Santarém aprova candidatos a deputados com presidente da distrital à cabeça

A distrital de Santarém do PSD aprovou, no final da passada semana, os nomes da lista de candidatos a deputados nas legislativas de 06 de Outubro, ordenados, e não por ordem alfabética conforme orientação da nacional, com João Moura em primeiro lugar.

O presidente da distrital social-democrata de Santarém, João Moura, disse que a indicação do seu nome como cabeça de lista foi votada por uma “expressiva maioria” por corresponder à orientação saída da Assembleia Distrital, de que deveria ser uma pessoa “com fortes ligações ao distrito” e tida como “uma mais valia para o resultado do PSD nas legislativas”.

João Moura sublinhou que a escolha do cabeça de lista é uma competência de Rui Rio, presidente do partido, e declarou existir a expectativa do reconhecimento do seu “forte vínculo” ao distrito e de pertencer a uma concelhia (Ourém) de “maioria expressiva” social-democrata.

“Respeitaremos a posição do presidente do partido, mas esta é a vontade do distrito, na convicção de que obterá o melhor resultado”, afirmou.

A lista apresenta em segundo lugar o advogado de Santarém Ramiro Matos e em terceiro a actual presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Moraes, seguindo-se Rui Rufino (indicado pela concelhia da Chamusca), Jorge Simões (Torres Novas), Sónia Ferreira (Benavente), João Oliveira (JSD e da concelhia do Cartaxo), Célia Bonet (eleita como vereadora independente em Tomar) e Isilda Aguincha (TSD e da concelhia do Entroncamento).

João Moura afirmou que o facto de não ter sido seguida a indicação de apresentação dos nomes por ordem alfabética não é problemática, reconhecendo que a proposta saída da reunião de quarta-feira à noite será ainda discutida com o secretário-geral do partido antes da ordenação



final.

“É uma lista muito equilibrada, com representação de todo o distrito. Sabemos que não é fechada, que ainda vai ser alvo de negociação, mas apresenta uma linha, uma espinha dorsal, e satisfaz a vontade da distrital, não deixando o ónus da decisão no âmbito da negociação sobre mim”, declarou, frisando que a lista apresentada pela Comissão Política Distrital teve uma “votação expressiva”.

Segundo João Moura, todos os elementos da lista – que inclui ainda os suplentes José Salvador (Vila Nova da Barquinha),

Ana Cláudio (Torres Novas), Ricardo Oliveira (Benavente), Teresa Nogueira (Cartaxo) e Cláudia Ferreira (Vila Nova da Barquinha) – assumiram o compromisso de, caso sejam eleitos, exercerem a função de deputado em exclusividade.

A Comissão Política Nacional (CPN) vai reunir-se com as várias Comissões Políticas Distritais entre 08 e 19 de Julho para discutir as propostas de listas, de acordo com o calendário aprovado pela direção do PSD em Maio.

A mesma deliberação refere que, em finais de Julho, a Comissão Política Na-

cional e o Conselho Nacional aprovam as listas de candidatos.

Na mesma ocasião, a direção de Rui Rio aprovou os critérios para a elaboração das listas dos candidatos a deputados para a próxima legislatura, nas quais se inclui a “concordância com a orientação estratégica da Comissão Política Nacional e disponibilidade para cooperar de forma politicamente leal e solidária”.

Na actual legislatura, o PSD conta com três deputados eleitos pelo distrito de Santarém: Teresa Leal Coelho, Nuno Serra e Duarte Marques.

BE/Santarém contra “ingerência” na selecção de candidatos às legislativas

O Bloco de Esquerda (BE) de Santarém condenou a “intromissão” dos órgãos nacionais em decisões locais e em “matérias que são da sua exclusiva competência” e manifestou-se contra a “ingerência” na selecção de candidatos às legislativas.

Numa moção aprovada no último sábado, o BE de Santarém diz que não abdica do seu “direito estatutário de propor os dois primeiros nomes na lista de candidatos da lista do Bloco de Esquerda pelo círculo eleitoral de Santarém”.

A moção foi aprovada com 51 votos favoráveis e 26 contra, em plenário de militantes do BE/Santarém.

Em causa está uma carta da Comissão Política (CP) nacional dirigida aos militantes de Santarém, a que a agência Lusa teve acesso, onde refere ter tomado conhecimento “pela Comissão Coordena-

dora Distrital de Santarém (CCDS), da indicação do nome do camarada Carlos Matias para encabeçar a lista eleitoral pelo círculo de Santarém às próximas eleições legislativas”.

“A Comissão Política informa (...) que pretende apresentar à Mesa Nacional os nomes dos camaradas Fabíola Cardoso e Roberto Barata, que nos parecem corresponder às necessidades de renovação da nossa presença eleitoral e da nossa futura representação parlamentar”, lê-se na misiva.

Os militantes da distrital bloquista votaram os nomes propostos, tendo Fabíola Cardoso, indicado pela CP, obtido 37 votos, contra os 81 recolhidos por Carlos Matias, actual deputado eleito pelo círculo de Santarém.

A Mesa Nacional do BE, que se reúne

amanhã, sábado, dia 06 de Julho, irá decidir qual o nome que será candidato.

Antes da votação, onde esteve presente Pedro Filipe Soares, da direcção nacional do partido, os militantes tomaram ainda uma posição à mensagem da Comissão Política Nacional, considerando que “constitui uma grosseira e inadmissível intromissão”.

“É uma ingerência que viola os mais elementares preceitos democráticos, atropela os estatutos do partido e atenta ao respeito que merecem todos os filiados do BE no distrito de Santarém”, afirmam os militantes, acrescentando que repudiam “veementemente esta e qualquer outra tentativa de ingerência externa nas suas decisões em matérias que são da sua exclusiva competência”.

O BE de Santarém aprovou então os

nomes da lista A, com Carlos Matias, 67 anos, do Entroncamento e actual deputado, como cabeça de lista, e Luís Gomes, sociólogo, 50 anos, de Salvaterra de Magos, membro da Coordenadora Distrital do Bloco de Esquerda de Santarém e do seu secretariado, em segundo lugar.

Contactada sobre esta matéria, fonte oficial do partido esclareceu que, “de acordo com os estatutos do Bloco de Esquerda, a decisão sobre os primeiros candidatos às eleições legislativas cabe à Mesa Nacional”.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda reúne no sábado para aprovar o programa eleitoral às eleições legislativas de Outubro e concluir o processo de decisão sobre os primeiros candidatos dos vários círculos eleitorais.



António Filipe repete candidatura

O deputado comunista António Filipe, 56 anos, é novamente o cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Santarém, nas eleições legislativas marcadas para 6 de Outubro de 2019. O anúncio foi feito pelo Partido

Comunista Português (PCP), que lidera a Coligação Democrática Unitária.

Com ligações familiares a Alcanena, António Filipe é deputado há muitos anos. Foi vice-presidente da Assembleia da

República de 2004 a 2009 e de 2011 a 2015. Actualmente é vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP e membro do Comité Central do partido. Profissionalmente, é jurista e professor universitário.

Seis autarquias do Médio Tejo formalizam empresa intermunicipal 'Tejo Ambiente'

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) formalizou, no início desta semana, em Tomar, a constituição da Tejo Ambiente, empresa intermunicipal que junta seis autarquias da região e que prevê investimentos de 124 milhões de euros ao longo de 30 anos.

Anabela Freitas, presidente da CIMT, esclarece que a criação desta nova empresa, que vai servir cerca de 108 mil pessoas de seis dos 13 municípios do Médio Tejo (Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha), "prevê um investimento global na ordem dos 124 ME ao longo de 30 anos", tendo em vista um "conjunto global de objectivos a alcançar ao nível do abastecimento de água, saneamento e na recolha de resíduos urbanos, em paralelo com a respectiva adequação ambiental e tecnológica".

Segundo a CIMT, a criação desta nova empresa visa a redução de perdas de água, a redução do caudal de efluentes drenados, aumentar a quantidade de resíduos a recolher para reciclagem, a redução da idade média da frota de veículos, a renovação integral do parque de contentores em cada 10 anos, e a implementação de um conjunto de ferramentas de gestão que vão permitir a optimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos.

A autarca destacou ainda a importância da cobertura da taxa de saneamento e a resolução do problema de perdas de água nos municípios envolvidos, tendo apresentado como objectivo a redução de perdas de "43% para 18% em 15 anos".

A formalização da escritura pública da Tejo Ambiente decorreu na sede da CIMT, em Tomar, sendo o investimento previsto de 124,3 ME ao longo de 30 anos, (dos quais 38 ME nos primeiros 5 anos), com recurso a fundos comunitários, e com uma fatia de 53 ME para o abastecimento de água, 47ME em saneamento, e 11,2ME na recolha de resíduos urbanos.

Com uma estrutura repartida entre uma sede, em Ourém, e um Centro de Engenharia e Tecnologia, em Tomar, a empresa intermunicipal vai ter ainda um centro operacional por município, com gestão da operação, manutenção de redes e loja de atendimento, garantindo a capacidade de resposta e proximidade ao cliente, refere a CIMT, em nota de imprensa. Os colaboradores afectos aos serviços municipais ou autarquias actuais, pode ler-se na mesma nota, "poderão transitar voluntariamente para a nova empresa regional, em regime de cedência de interesse público, sem perda do vínculo às autarquias e sem perda de qualquer regalia".

Da agregação dos serviços municipais na nova entidade prevê-se, entre outras medidas, a "criação de um tarifário único como resposta às autarquias terem de fazer repercutir o custo integral do serviço nos tarifários, representando uma economia de escala que vai estender-se à recolha dos resíduos sólidos urbanos", também a partir de Janeiro de 2020, notou Anabela Freitas.

A "Tejo Ambiente" tem um capital social de 600 mil euros e os municípios de Tomar e de Ourém detêm as maiores participações (com 35,63% e 32,37%, respectivamente), seguido de Mação (10,85%), Ferreira do Zêzere (7,94%), Vila Nova da Barquinha (7,63%) e Sardoal (5,58%).

O arranque oficial da Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo está previsto para o dia 1 de Janeiro de 2020.



ANÚNCIO Alienação por hasta pública

A Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede na Rua Ferro de Engomar - Eco Parque do Relvão - 2140 - 671 Carregueira, torna público que, se realizará a venda, em hasta pública, de diversa sucata de metal, nos termos e condições que a seguir se indicam:

Identificação e descrição dos lotes e valores base de licitação:

Produto / Descrição	Quantidade prevista	Base de licitação
Sucata ferrosa limpa	300 ton	205 €/ ton
Sucata ferrosa da TMB	300 ton	150 €/ ton
Alumínio velho limpo	30 ton	840 €/ ton
Alumínio velho sujo	30 ton	800 €/ ton
Cabos elétricos de cobre	6 ton	900 €/ ton
Cobre	4 ton	4220€/ton
Latão	4 ton	3200€/ton
Inox	4 ton	820 €/ton
Motores elétricos	2 ton	520 €/ton
Baterias	3 ton	810,00 € ton
Carregadores de telemóveis	2 ton	220,00 € ton
Placas de TV	1 ton	480,00 € ton
Placas de PC	0,5 ton	3000,00 € ton
Telemóveis	1 ton	5460,00 €
Extintores usados	2 ton	100,00 € ton
Leitores de CD	0,5 ton	280,00 € ton
Fontes alimentação	0,5 ton	280,00 € ton
Disco Rígidos	0,5 ton	780,00 € ton

Local, data e hora para examinar os produtos: Resitejo - Rua Ferro de Engomar - Eco Parque do Relvão - 2140 - 671 Carregueira, das 10.00 horas às 11.30 horas do dia 11 de julho de 2019, ou a partir da data de publicação do anúncio mediante marcação prévia para o e-mail compras@resitejo.pt ou telefone 249 749 010.

Modalidade de pagamento: faturação mensal com pagamento a 30 dias da data de emissão da fatura.

Local e hora da hasta Pública: Resitejo - Rua Ferro de Engomar - Eco Parque do Relvão - 2140 - 671 Carregueira, dia 11 de julho de 2019 às 11,30 horas

Condições específicas:

1. A cada tipo de produto corresponde a apresentação de proposta específica, podendo os proponentes apresentar tantas propostas quantos os produtos em que estejam interessados;
2. Caso a licitação de algum dos lotes fique deserta a hasta será considerada nula na sua totalidade, sendo os todos os materiais dos lotes constantes no presente anúncio negociados pela Resitejo nos 5 dias seguintes com o/os compradores que se mostrem interessados nos lotes que não obtiveram proposta de licitação;
3. As propostas apresentadas deverão ser válidas para a venda dos bens constantes da presenta hasta pública e por um prazo de 12 meses subsequentes à adjudicação;
4. A hasta pública inicia-se com o registo de todos os interessados, os quais devem - se apresentar devidamente identificados e em caso de representarem pessoas coletivas habilitados com poderes bastantes para arrematar;
5. Os interessados devem no ato de registo apresentar documento legal que demonstrem que possui as habilitações legais para retomar os produtos em hasta (licença de gestão de resíduos);
6. A licitação inicia-se com valor base contante no presente anúncio, havendo lugar a licitação a partir deste mesmo valor e com os interessados presentes;
7. A licitação será realizada por cada tipo de produto;
8. Depois de iniciada a hasta pública não será permitida a admissão de novos interessados;
9. As ofertas serão realizadas por lanços mínimos de 10 € por tonelada;
10. No final da praça será elaborada a respetiva ata de arrematação em hasta pública;
11. O adjudicatário terá de fazer prova documental, no prazo de 48 horas após o término da hasta pública, de que se encontra em situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social;
12. O adjudicatário terá de realizar o levantamento dos produtos no prazo máximo de 72 horas após pedido de levantamento realizado pela Resitejo para o e-mail a indicar pelo adjudicatário;
13. Caso o adjudicatário não realize o levantamento do produto de acordo com o número anterior e/ou não apresente justificação que seja aceite pela Resitejo, será, de imediato, cancelada a adjudicação do produto ou dos produtos que tenham sido adjudicados ao interessado na presente hasta pública;
14. Não serão admitidos na hasta pública interessados que tenham dívidas para com a Resitejo;
15. Em tudo o que for omissio aplicam-se à presente hasta pública as disposições legais aplicadas à compra e venda.

Eco Parque do Relvão, 22 de janeiro de 2019.

O Diretor Geral
Diamantino Duarte